

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 095/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 046/2024

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE AGÊNCIAS DE VIAGENS OBJETIVANDO A AQUISIÇÃO DE PACOTES PARA VIAGENS OFICIAIS COMPREENDENDO PASSAGENS AÉREAS NACIONAIS E INTERNACIONAIS, INCLUSO BAGAGEM DESPACHADA, SEGURO VIAGEM E HOSPEDAGEM.

DISPONIBILIZAÇÃO DO EDITAL

Este Edital encontra-se disponível gratuitamente no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no *website* oficial da Prefeitura Municipal de São Sebastião.

1. PREÂMBULO

1.1. O MUNICÍPIO DE SÃO SEBASTIÃO, por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, torna público que realizará **CREDENCIAMENTO**, conforme prevê:

NORMA	DISPONÍVEL EM
Lei Federal n.º 14.133/2021	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14133.htm
Decreto Municipal n.º 9136/2023	https://cespro.com.br/visualizarDiploma.php?cdMunicipio=9427&cdDiploma=202309136&NroLei=9.136&Word=9136&Word2=
	https://www.saosebastiao.sp.gov.br/sistemas/oficialdocs/arquivos/04239136.pdf

e demais legislações pertinentes no que couber, tendo como objetivo a aquisição de pacotes para viagens oficiais compreendendo passagens aéreas nacionais e internacionais, incluso bagagem despachada, seguro viagem e hospedagem. O credenciamento será regido pelas normas e condições estabelecidas neste Edital.

1.2. O presente Credenciamento obedece às disposições deste instrumento e de seus Anexos, partes integrantes deste Edital:

ANEXO I - Termo de Referência

ANEXO II - Modelos de Requerimento e Declarações

ANEXO III - Minuta do Contrato



1.3. A contratação das empresas credenciadas ocorrerá por meio de inexigibilidade de licitação, com respaldo no art. 74, IV da Lei Federal n.º 14.133/2021.

1.4. As despesas decorrentes desta inexigibilidade de licitação onerarão a dotação orçamentária das secretarias requisitantes no exercício vigente.

2. DO OBJETO

2.1. O presente Edital tem por objeto o Credenciamento de Agências de Viagens para prestar os serviços de acordo com as especificações contidas no **ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA: CREDENCIAMENTO DE AGÊNCIAS DE VIAGENS OBJETIVANDO A AQUISIÇÃO DE PACOTES PARA VIAGENS OFICIAIS COMPREENDENDO PASSAGENS AÉREAS NACIONAIS E INTERNACIONAIS, INCLUSO BAGAGEM DESPACHADA, SEGURO VIAGEM E HOSPEDAGEM.**

3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar as empresas do ramo de atividade pertinente ao objeto do credenciamento, que preencham todas as condições estabelecidas neste Edital.

3.2. Além das vedações estabelecidas pelo art. 14 da Lei n.º 14.133/2021, não será permitida a participação do interessado:

3.2.1. Que não atenda às condições deste Edital e seus anexos.

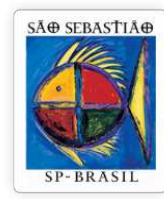
3.2.2. Agente público do órgão licitante nos termos do §1º do art. 9º da Lei 14.133/2021.

4. DOS ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

4.1. Este Edital deverá ser lido e interpretado na íntegra. Após o prazo legal não serão aceitas alegações de desconhecimento.

4.2. Qualquer cidadão com plena capacidade civil é parte legítima para impugnar este Edital.

4.4. As impugnações e questionamentos em relação ao Edital e seus Anexos deverão ser encaminhados à Comissão de Contratação do município de São Sebastião, através do endereço eletrônico **secad.licitacao@saosebastiao.sp.gov.br**, informando claramente o assunto e dados pessoais: nome, CPF, endereço e número de telefone.



4.4.1. As respostas sobre os questionamentos suscitados serão prestadas por escrito, encaminhadas ao suscitante e disponibilizadas no *website* oficial da Prefeitura Municipal de São Sebastião - PMSS (<https://www.saosebastiao.sp.gov.br/sistemas/licita/index.asp>);

4.4.2. O questionamento que implicar em alteração de condição básica deste Credenciamento resultará na revisão do Edital e o prazo de apresentação da documentação será reaberto.

4.5. Os interessados em participar do credenciamento obrigam-se a acompanhar as publicações referentes às impugnações e esclarecimentos no *website* oficial da PMSS (<https://www.saosebastiao.sp.gov.br/sistemas/licita/index.asp>).

4.6. Será admitida a denúncia por qualquer das partes durante toda a vigência do credenciamento.

5. DO ENVIO DA DOCUMENTAÇÃO

5.1. A documentação de habilitação deverá ser encaminhada através do *e-mail* **secad.licitacao@saosebastiao.sp.gov.br**;

5.1.1. O interessado deverá indicar no campo “assunto” que se refere ao **CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 095/2024**;

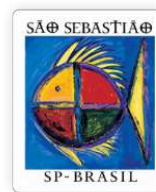
5.1.2. A documentação deve ser encaminhada, em sua totalidade, em um único *e-mail*.

5.3. Em caso de dúvida quanto à veracidade das informações apresentadas na documentação, a Comissão de Contratação poderá promover as diligências necessárias para esclarecer ou complementar a instrução do processo nos termos da Lei;

5.4. A entrega da documentação configura a aceitação de todas as normas e condições estabelecidas neste Edital, bem como implica a obrigatoriedade de manter todas as condições de proposta, habilitação e qualificação exigidas para a contratação, obrigando-se o requerente a declarar, sob as penas da lei, a superveniência de fato impeditivo à participação, quando for o caso;

5.5. Para a adesão ao Credenciamento ser formalizada na primeira publicação da Listagem de Credenciados no PNCP, os interessados deverão encaminhar a documentação obrigatória, com vistas à habilitação, no prazo de até **03 (três) dias úteis** após a publicação deste Edital.

5.6.1. Assim, a data limite para o envio da documentação será no dia **03/05/2024, às 23:59h**.



5.6.2. Ao término do período informado, serão publicadas novas Listas de Credenciados, à medida em que novos interessados enviem a documentação e comprovem o atendimento aos requisitos de habilitação.

6. DA APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO

6.1. Os interessados deverão enviar a SOLICITAÇÃO DE CREDENCIAMENTO, conforme modelo constante do Anexo II – MODELO A, acompanhada da documentação de que trata o item 7 para o e-mail secad.licitacao@saosebastiao.sp.gov.br.

6.2. As informações prestadas, assim como a documentação enviada, são de inteira responsabilidade da empresa interessada, cabendo-lhe certificar-se antes da sua inscrição, de que atende a todos os requisitos para participar deste Credenciamento.

7. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

7.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA (Art. 66 da Lei 14.133/2021)

7.1.1. Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual (ou cédula de identidade em se tratando de pessoa física não empresária);

7.1.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, tratando-se de sociedade empresária;

7.1.3. Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedade empresária;

7.1.4. Ato constitutivo devidamente registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício;

7.1.5. Decreto de autorização, tratando-se de sociedade estrangeira no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento, expedidos por órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

7.1.6. Comprovante de Inscrição do Microempreendedor Individual – MEI

7.1.7. Os documentos acima deverão ser apresentados com todas as suas alterações, excluindo-se os casos de documentos expressamente consolidados.

7.2. HABILITAÇÃO FISCAL E TRABALHISTA (Art. 68 da Lei 14.133/2021)



7.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);

7.2.2. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal, relativa à sede ou ao domicílio do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;

7.2.3. Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Positiva com efeito de Negativa, relativa a Tributos Federais (inclusive às contribuições sociais) e à Dívida Ativa da União;

7.2.4. Certidão de regularidade de débito com a Fazenda Estadual.

7.2.4.1. Caso a licitante tenha domicílio no Estado de São Paulo, deverá apresentar a Certidão de Regularidade quanto à débitos tributários inscritos e também de não inscritos na Dívida Ativa do Estado;

7.2.5. Certidão de regularidade de débito com a Fazenda Municipal, da sede ou do domicílio do licitante, relativa aos tributos mobiliários e incidentes sobre o objeto do credenciamento;

7.2.6. Certidão de regularidade de débito para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

7.2.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT ou Positiva de Débitos Trabalhistas com Efeito de Negativa.

7.3. HABILITAÇÃO TÉCNICA (Art. 67 da Lei 14.133/2021)

7.3.1. Prova de capacidade técnica operacional mediante apresentação de atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove aptidão da proponente para desempenho de atividades compatíveis e pertinentes em características, quantidades e prazos com o objeto deste Edital.

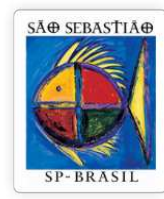
7.3.2. O(s) atestado(s) deverá(ão) estar em nome da empresa proponente e indicar objeto similar ao licitado.

7.4. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA (Art. 69 da Lei 14.133/2021)

7.4.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

7.4.2. Certidão negativa de recuperação judicial ou extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

7.4.2.1. Na hipótese em que a certidão de recuperação judicial for positiva, deve o licitante apresentar comprovante da homologação/deferimento pelo juízo competente do plano de

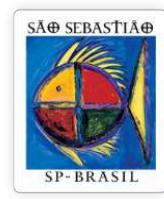


recuperação judicial em vigor, nos termos da Súmula 50 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica com data não superior a 180 (cento e oitenta) dias da apresentação das propostas.

7.5. OUTRAS COMPROVAÇÕES

7.5.1. DECLARAÇÃO subscrita pelo representante legal do licitante, conforme modelo Anexo II – MODELO B, elaborada em papel timbrado, atestando que:

- a) atende aos requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório, e que responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I da Lei n.º 14.133/2021);
- b) cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas (art. 63, IV da Lei n.º 14.133/2021);
- c) suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas (art. 63, §1º da Lei n.º 14.133/2021);
- d) não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal (art. 68, VI da Lei n.º 14.133/2021);
- e) não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- f) cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- g) está ciente da obrigação de manter o endereço da empresa atualizado junto ao órgão promotor da licitação, e de que as notificações e comunicações formais decorrentes da execução do contrato serão efetuadas no endereço que constar em seu preâmbulo. Caso a empresa não seja encontrada, será notificada pelo Diário Oficial do Município acessível em www.saosebastiao.sp.gov.br/doem.asp.
- h) no caso de empresas em recuperação judicial: está ciente de que no momento da assinatura do contrato deverá apresentar cópia do ato de nomeação do administrador



judicial ou, se o administrador for pessoa jurídica, o nome do profissional responsável pela condução do processo e, ainda, declaração, relatório ou documento equivalente do juízo ou do administrador de que o plano de recuperação judicial está sendo cumprido;

- i) no caso de microempresas ou empresas de pequeno porte: a empresa não possui qualquer dos impedimentos previstos nos §§ 4º e seguintes todos do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, e alterações, assim como §§ 1º a 4º do art. 4º da Lei 14.133/2021, cujos termos declara conhecer na íntegra;
- j) não se enquadra em nenhuma das restrições de participação, conforme Art. 14 da Lei n.º 14.133/2021 e item 2.10 do Edital;
- k) está ciente sobre a observação das disposições da Lei Federal n.º 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), e alterações, quando do tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis a que tenha acesso, para o propósito de execução e acompanhamento do Contrato, não podendo divulgar, revelar, produzir, utilizar ou deles dar conhecimento a terceiros estranhos a esta contratação, a não ser por força de obrigação legal ou regulatória.

8. DA ANÁLISE E JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

8.1. A análise e o julgamento dos documentos de habilitação será realizada por Comissão de Contratação, composta por no mínimo 3 (três) membros dentre os designados através da Portaria 021/2024, disponível em: <https://www.saosebastiao.sp.gov.br/sistemas/oficialdocs/arquivos/03240021.pdf>.

8.1.1. A Comissão verificará se o interessado atende às condições para credenciar-se, inclusive quanto à existência de sanção que impeça a participação ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1.1. Sistema Apenados mantido pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www4.tce.sp.gov.br/apenados/publico/#/>);

8.1.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, e Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, disponíveis em: (<https://certidoes.cgu.gov.br/>).

8.2. Os documentos deverão ser examinados pela Comissão no prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data de entrega.

8.2.1. Das reuniões para análise e julgamento dos documentos serão lavradas atas, que deverão ser publicadas no *website* oficial do município.



8.3. Será inabilitado a credenciar-se o interessado que deixar de apresentar a documentação na forma prevista no item 7 deste Edital.

8.4. Do julgamento da documentação caberá recurso, conforme previsto no artigo 165, da Lei Federal n.º 14.133/2021;

8.5. Não será causa de inabilitação a mera irregularidade formal que não altere a substância dos documentos apresentados, bem como sua validade jurídica, mediante decisão pela Comissão, fundamentada e registrada em ata;

8.6. Transcorrido o prazo de 3 (três) dias úteis da publicação da Ata de Julgamento, sem que haja interposição de recurso, ou havendo indeferimento dos recursos apresentados, a deliberação da Comissão ficará sujeita à homologação do Secretário Municipal de Governo.

8.7. Serão credenciados os interessados que atenderem às exigências elencadas neste Edital.

9. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

9.1. Das decisões da Comissão de Contratação caberá recurso a ser interposto no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da publicação da Ata de Julgamento no *website* do município, nos termos do artigo 165, da Lei Federal n.º 14.133/2021.

9.2. O recurso deverá ser dirigido à Comissão de Contratação através do endereço eletrônico **secad.licitacao@saosebastiao.sp.gov.br**.

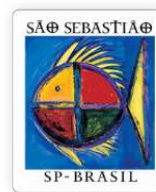
9.2.1. Caso a Comissão não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso, devidamente motivado, à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.3. Interposto, o recurso será comunicado aos demais participantes que, se desejarem, poderão contrarrazoá-lo no prazo de 03 (três) dias úteis a contar da divulgação da interposição do recurso.

9.4. Durante o prazo previsto para interposição dos recursos, a Comissão de Contratação abrirá vista de todo o processo administrativo aos interessados, mediante solicitação através do *e-mail*: **secad.licitacao@saosebastiao.sp.gov.br**.

10. DA HOMOLOGAÇÃO E PUBLICAÇÃO

10.1. Decorrido o prazo recursal ou após a decisão dos recursos eventualmente interpostos, a LISTA DE CREDENCIADOS será homologada pelo Secretário Municipal de Governo e



publicada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Diário Oficial Eletrônico do Município de São Sebastião (DOEM).

10.1.1. A LISTA DE CREDENCIADOS será atualizada e republicada no PNCP e DOEM conforme novos interessados ingressarem no credenciamento.

11. DA VIGÊNCIA

11.1. O presente Edital de Credenciamento vigorará por **60 (sessenta) meses**, a contar da data de sua publicação, vedada prorrogação.

11.2. O Edital ficará disponível de modo a permitir o cadastramento de novos interessados a qualquer tempo.

11.3. Os contratos decorrentes deste processo vigorarão por **12 (doze) meses** a contar da assinatura, podendo ser prorrogado, salvo disposição em contrário, motivada pela área técnica, conforme necessidade da demanda, nos termos do Artigo 107 da Lei federal 14.133/2021.

12. DAS PENALIDADES

12.1. No caso de o credenciado inadimplir as obrigações assumidas, no todo ou em parte, a Administração poderá aplicar as sanções previstas na Lei n.º 14.133/2023;

12.2. A inobservância de quaisquer dos preceitos deste Edital, ou da legislação regente, acarretará ao Credenciado as seguintes penalidades:

12.2.1. advertência por escrito;

12.2.2. suspensão das atividades;

12.2.3. descredenciamento;

12.3. Será penalizado com suspensão das atividades, pelo prazo mínimo de 30 (trinta) dias e máximo de 90 (noventa) dias, o credenciado que for penalizado com 03 (três) advertências, ou que descumprir as obrigações estabelecidas neste Edital;

12.4. Durante o período de suspensão a credenciada não participará do rodízio a que se refere o item 9 do Termo de Referência, até o cumprimento da suspensão;

12.5. O descredenciamento será aplicado ao credenciado quando ocorrer qualquer uma das seguintes hipóteses:

a) receber 05 (cinco) advertências;

b) reincidente em penalidade de suspensão das atividades;



- c) omissão de informações ou a prestação de informações inverídicas para obter credenciamento;
- d) decretação de falência ou instauração de insolvência civil;
- e) falsidade ideológica;
- f) infração da Lei, bem como à legislação de regência;
- g) descumprimento da execução dos serviços a serem realizados pelo credenciado, como negligência, imprudência e imperícia;

13. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

13.1. A gestão e fiscalização do Termo de Credenciamento dar-se-ão conforme disposto no item 7 do Termo de Referência.

14. DA CONTRATAÇÃO

14.1. Após divulgação da lista de credenciados, a Administração convocará o credenciado para assinatura do instrumento contratual, respeitando os **CRITÉRIOS DE SELEÇÃO** dispostos no item 9 do Termo de Referência.

14.2. A administração poderá convocar o credenciado durante todo o prazo de validade do credenciamento para assinar o contrato, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei n.º 14.133, de 2021, e no edital de credenciamento.

14.3. O prazo para assinatura do instrumento contratual pelo credenciado, após convocação pela Administração, será de **5 (cinco) dias úteis**, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação devidamente justificada pelo credenciado e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

15. DO DESCREDENCIAMENTO

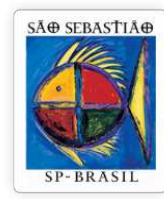
15.1. A Administração poderá realizar o descredenciamento nos seguintes casos:

15.1.1. A pedido, formalizado pelo credenciado;

15.1.2. Perda das condições de habilitação do credenciado;

15.1.3. Descumprimento injustificado do contrato pelo contratado; e

15.1.4. Sanção de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade superveniente ao credenciamento.



15.2. O pedido de descredenciamento de que trata o item 15.1.1. não desincumbirá o credenciado do cumprimento de eventuais contratos assumidos e das responsabilidades deles recorrentes.

15.3. Nas hipóteses previstas nos itens 15.1.2. e 15.1.3, além do descredenciamento, deverá ser aberto processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, para possível aplicação de penalidade, na forma estabelecida na legislação.

15.4. Se houver a efetiva prestação de serviços ou o fornecimento dos bens, os pagamentos serão realizados normalmente, até decisão no sentido de rescisão contratual, caso o fornecedor não regularize a sua situação.

15.5. O credenciado deverá ser formalmente notificado do seu descredenciamento.

15.6. O descredenciamento será precedido de observância ao contraditório e ampla defesa;

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. A Administração poderá revogar o presente Credenciamento por interesse público, devidamente justificado, sem que caiba aos credenciados direito a indenização.

16.2. A Administração deverá anular, de ofício ou por provocação, o presente Credenciamento, no todo ou em parte, sempre que ocorrer ilegalidade, na forma da Lei.

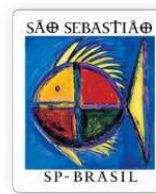
16.3. A anulação do procedimento não gera direito à indenização, salvo nos casos legais.

16.4. É facultado à Comissão ou à Autoridade Superior, em qualquer fase do julgamento, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, bem como solicitar a órgãos competentes a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar suas decisões.

16.5. Os casos omissos serão decididos pela Comissão de Contratação, cabendo recurso à Autoridade Superior, Sr. Secretário Municipal de Governo.

16.6. Fica eleito o foro da Comarca de São Sebastião-SP para dirimir quaisquer conflitos provenientes deste Credenciamento, por mais privilegiado que possa ser qualquer outro.

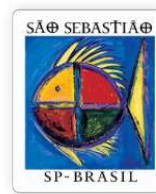
16.7. A divulgação dar-se-á mediante publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas, no *website* oficial da Prefeitura Municipal de São Sebastião e no Diário Oficial Eletrônico Municipal.



16.8. A Administração poderá utilizar-se, suplementarmente e a qualquer tempo, com vistas a ampliar o universo dos credenciados, de convites ao credenciamento de interessados do ramo que gozem de boa reputação profissional;

São Sebastião, 26 de abril de 2024.

Luiz Carlos de Carvalho
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE GOVERNO
MUNICÍPIO DE SÃO SEBASTIÃO



ANEXO I



Prefeitura Municipal de São Sebastião
ESTÂNCIA BALNEÁRIA – ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Municipal de Governo



TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

O objeto do presente é o credenciamento de Agências de Viagens objetivando a aquisição de pacotes para viagens oficiais compreendendo passagens aéreas nacionais e internacionais incluso bagagem despachada, seguro viagem e hospedagem para a atendimento das demandas das Secretarias municipais e da Fundação Educacional e Cultural de São Sebastião Deodato Sant'ana - FUNDASS.

A aquisição torna-se necessária diante da demanda de locomoção de agentes públicos para realização de cursos, palestras, participação em eventos, ou outras atividades inerentes a administração pública.

Optou-se pela utilização do credenciamento porque o mercado de agenciamento de passagens aéreas e hospedagem vive em constate variação, portanto o valor cotado em um dia pode sofrer alteração no mesmo dia o que inviabiliza a realização do certame licitatório, nos moldes do artigo 79º, inciso III, da Lei Federal 14.133/2021.

A aquisição de passagens aéreas e hospedagem será realizada diretamente com as Companhias Aéreas e Agências de Viagens credenciadas, nos moldes do artigo 74º, inciso IV da Lei Federal 14.133/2021.

1.1. CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

Trata-se o presente objeto de serviço comum, nos termos do Artigo 6º inciso XIII, da Lei Federal 14.133/2021, sem fornecimento de mão de obra.

A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize personalidade e subordinação direta.

2. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE

A contratação de empresa para aquisição de pacotes para viagens oficiais compreendendo passagens aéreas nacionais e internacionais incluso bagagem despachada, seguro viagem e hospedagem torna-se necessária diante da demanda de locomoção de agentes públicos para realização de cursos, palestras, participação em eventos, ou outras atividades inerentes a administração pública.

A solução apontada pelo estudo técnico preliminar foi a utilização do sistema de credenciamento tendo em vista que o mercado de agenciamento de passagens aéreas e hospedagem vive em constate variação, portanto o valor cotado em um dia pode sofrer alteração no mesmo dia o que inviabiliza a realização do certame licitatório, nos moldes do artigo 79º, inciso III, da Lei Federal 14.133/2021.

3. ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

3.1. A presente licitação tem por objeto a o credenciamento de Agências de Viagens para prestação dos serviços de fornecimento de pacotes de viagens nacionais e



Prefeitura Municipal de São Sebastião
ESTÂNCIA BALNEÁRIA – ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Municipal de Governo



internacionais, incluso bagagem despachada, e hospedagens, compreendendo reserva, emissão, remarcação, cancelamento, endosso, entrega de bilhetes ou ordens de passagens, em âmbito nacional e internacional, bem como autorização para envio de excesso de bagagem e emissão de seguro de assistência em viagem internacional para atender as necessidades das Secretarias e Gabinete da Prefeitura de São Sebastião, assim como da Fundação Educacional e Cultural de São Sebastião FUNDASS, conforme as condições, quantidades e exigências estabelecidas neste termo de referência e seus anexos, conforme quantitativo correspondente ao período de 12 (doze) meses:

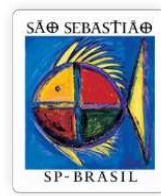
Item	Descrição	Unidade de medida	Quantidade máxima
1.	Passagem aérea		
1.1.	Passagem aérea nacional	Unidades	374
1.2.	Passagem aérea internacional	Unidades	418
2.	Seguro de assistência em viagem nacional	Unidades	407
2.1.	Seguro de assistência em viagem internacional	Unidades	495
3.	Hospedagem nacional	Diárias	506
3.1.	Hospedagem internacional	Diárias	473

4. PRAZO DO CREDENCIAMENTO E DO CONTRATO

- 4.1. O presente Edital de Credenciamento vigorará por 60 (sessenta) meses, a contar da data de sua publicação, vedada prorrogação;
- 4.2. O edital de chamamento ficará disponível de modo a permitir o cadastramento de novos interessados a qualquer tempo;
- 4.3. Os contratos decorrentes do credenciamento vigorarão por 12 (doze) meses a contar da assinatura, podendo ser prorrogado, salvo disposição em contrário, motivada pela área técnica, conforme necessidade da demanda, nos termos do Artigo 107 da Lei federal 14.133/2021.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 5.1. As empresas deverão cumprir os requisitos estipulados no edital para estarem devidamente credenciadas;
- 5.2. Para fornecimento/prestação dos serviços pretendidos os eventuais interessados deverão comprovar que atuam em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, apresentar os documentos a título habilitação, nos termos do art. 62, da Lei nº 14.133/2021;
- 5.3. Subcontratação: devido à natureza da modalidade pretendida, é permitida a subcontratação sendo que para fins de prestação de contas, toda comprovação de terceirização seja comprovada por documentos oficiais, tais como notas fiscais, boletos, faturas, recibos e afins;
- 5.3.1 A sub contratação de que trata este caput, deve ser comprovada juntamente com a fatura de recebimento do serviço prestado pela da agencia, sendo que o documento fiscal



Prefeitura Municipal de São Sebastião
ESTÂNCIA BALNEÁRIA – ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Municipal de Governo



da agencia deve ser exigido somente o valor de seu serviço, somados as faturas terceirizadas, o que totalizará o montante do serviço prestado a fim de ser liquidado e pago, conforme cláusulas contratuais;

- 5.4. Não será exigida garantia contratual;
- 5.5. Não haverá necessidade de assistência técnica.

6. EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. A empresa CREDENCIADA deverá fornecer o objeto do Termo de Credenciamento de acordo com as especificações contidas neste Termo de Referência e na proposta da CREDENCIADA e deverá ainda:

- 6.1.1. Prestar os serviços, objeto da contratação, de acordo com as solicitações das Secretarias e Gabinete da Prefeitura de São Sebastião, assim como da Fundação Educacional e Cultural de São Sebastião FUNDASS, com a maior brevidade possível, conforme a disponibilidade de voo e hospedagem;
- 6.1.2. Prestar informação ao fiscal do Termo de Credenciamento designado pelas Secretarias e Gabinete da Prefeitura de São Sebastião, assim como da Fundação Educacional e Cultural de São Sebastião FUNDASS e/ou servidor designado sobre o melhor roteiro de viagem, horário e frequência de voos (partida/chegada);
- 6.1.3. Repassar para as Secretarias e Gabinete da Prefeitura de São Sebastião, assim como da Fundação Educacional e Cultural de São Sebastião FUNDASS todas as promoções, descontos e vantagens efetuados pelas companhias aéreas, sempre assegurando a obtenção de passagens mais vantajosas economicamente;
- 6.1.4. Remeter as Secretarias e Gabinete da Prefeitura de São Sebastião, assim como da Fundação Educacional e Cultural de São Sebastião FUNDASS, quando solicitado, as tabelas atualizadas das tarifas de passagens aéreas ou sempre que ocorrerem alterações nos preços, inclusive aquelas decorrentes de promoções;
- 6.1.5. Os bilhetes das passagens aéreas e as hospedagens, uma vez solicitados, deverão ser, prioritariamente, disponibilizados pela internet (bilhete eletrônico), via os meios de comunicação previstos neste Termo de referência;
- 6.1.6. Em caso de impossibilidade de fornecimento por meio eletrônico, os bilhetes deverão ser entregues nas Secretarias e Gabinete da Prefeitura de São Sebastião, assim como na Fundação Educacional e Cultural de São Sebastião FUNDASS, ou em outra local que venha a ser determinado, em tempo hábil para efetuar o embarque não inferior a 4 (quatro) horas antes do horário do voo;
- 6.1.7. Designar um profissional da empresa a ser contatado em casos excepcionais e urgentes, para pronto atendimento fora do horário comercial, nos fins de semana e feriados, por intermédio de serviço telefônico fixo, móvel celular ou outro meio a ser acordado;
- 6.1.8. Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelas Secretarias e Gabinete da Prefeitura de São Sebastião, assim como da Fundação Educacional e Cultural de São Sebastião FUNDASS, na execução dos serviços contratados;
- 6.1.9. Manter-se, durante toda a execução do Termo de Credenciamento, em compatibilidade com as obrigações assumidas, e com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no credenciamento;



Prefeitura Municipal de São Sebastião
ESTÂNCIA BALNEÁRIA – ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Municipal de Governo



6.1.10. Os órgãos e entidades da Administração Pública Municipal observarão, como procedimento para a autorização de emissão de passagem, o horário, período de participação do agente público no evento, o tempo de traslado e a otimização do trabalho, valores, visando garantir condição laborativa produtiva, preferencialmente utilizando os seguintes parâmetros:

- a) Escolha do voo prioritariamente em percursos de menor duração, emitindo-se, sempre que possível, trechos sem escalas e/ou conexões;
- b) Horário do desembarque que anteceda em no mínimo três horas o início previsto dos trabalhos, evento ou missão;

6.1.11. A emissão da passagem deve recair sobre a de menor preço, dentre as condições apontadas no item **6.1.10. a e b.**;

6.1.12. Os serviços de remarcação e cancelamento respeitarão a política de comercialização da CREDENCIADA ou o que for negociado entre as partes, observada, sempre que cabível, a Resolução nº 400/2016 da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC.

6.1.13. Quaisquer tributos, encargos, custos e despesas, diretos ou indiretos, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos, a esse ou a qualquer título, devendo o fornecimento ser cumprido sem ônus adicional à CREDENCIANTE.

6.1.14. A CREDENCIADA deverá enviar para a CREDENCIANTE a(s) confirmação(ões) da(s) passagem(ns) aérea(s) eletronicamente emitida(s), respeitando os prazos descritos neste Termo de referência.

6.1.15 Mediante disponibilidade e a critério da CREDENCIADA será permitida a antecipação de embarque para passageiros em voos nacionais e internacionais, no mesmo dia e mantendo-se os mesmos aeroportos de origem e destino, sem qualquer cobrança de valor adicional pela prestação do serviço.

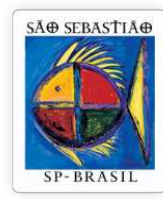
6.1.16 Despacho de bagagens devem considerar: Regras de bagagem: linhas aéreas internacionais, **Bagagem de mão** (na cabine) medidas 55 x 40 x 25cm ou 120 cm lineares, peso 10 kg, **Item pessoal** (na cabine) medidas 45 x 30 x 15cm peso, 2 kg, **Despachada** (no porão da aeronave) medidas 158 cm lineares, peso 23 kg (Basic, Classic e Plus) ou 32 kg (Executive e Top Executive).

6.2. DO SEGURO DE ASSISTÊNCIA EM VIAGEM INTERNACIONAL

6.2.1. Providenciar, no prazo de 4 (quatro horas), contado da solicitação pelo CONTRATANTE, cotação em companhia seguradora, para aprovação do custo e autorização da emissão pelo CONTRATANTE, de seguro de assistência médica por acidente ou enfermidade, incluindo despesas médico/hospitalares, reembolso farmácia e odontológico, traslado e repatriamento em caso de acidente/doença ou morte, em viagens ao exterior, com as seguintes coberturas:

- a) Cobertura para morte acidental, considerando o evento com data caracterizada, súbito, involuntário e que tenha como consequência direta a morte do passageiro;
- b) Cobertura para invalidez por acidente, considerando perda, redução ou impotência funcional definitiva, total ou parcial, de membro ou órgão do passageiro.

6.2.2. O CONTRATADO deverá encaminhar ao CONTRATANTE a apólice de seguro, juntamente com a comprovação da contratação da melhor cotação, mediante apresentação



Prefeitura Municipal de São Sebastião
ESTÂNCIA BALNEÁRIA – ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Municipal de Governo



de pelo menos 3 (três) cotações, no prazo de 4 horas, contado da autorização da emissão pelo CONTRATANTE.

6.3. DAS HOSPEDAGENS

6.3.1. A reserva nacional de hospedagem deve ser efetuada em até 24 horas, após a solicitação da Contratante; ficando o CONTRATANTE ciente de que para este tipo de reserva somente pode ser efetuada com 24h mínimas de antecedência da hospedagem.

6.3.2. A reserva internacional de hospedagem deve ser efetuada em até 24 horas, após a solicitação da Contratante; ficando o CONTRATANTE ciente de que para este tipo de reserva somente pode ser efetuada com 48h mínimas de antecedência da hospedagem.

6.3.3. O bloqueio não acarretará em obrigatoriedade de contratação, podendo haver, inclusive, alteração do período e do quantitativo de diárias, sem quaisquer ônus ao contratante;

6.3.4. A contratada deverá efetuar as reservas dos apartamentos mediante expediente no qual constarão os nomes dos hóspedes, período da reserva e tipo de apartamento;

6.3.5. Excepcionalmente, a solicitação de reservas poderá ser efetuada pelo contratante por qualquer meio hábil de comunicação, sem prejuízo da posterior formalização, por meio de expediente endereçado à Contratada;

6.3.6. Poderá o Contratante, em até 24 (vinte e quatro) horas para reservas nacionais e 48 (quarenta e oito) horas para reservas internacionais, antes do check-in, e independente de motivação e sem quaisquer ônus adicionais, solicitar a alteração ou cancelamento de reservas;

6.3.7. A contratada poderá providenciar bloqueio estimativo de apartamentos para o período determinado.

7. GESTÃO DO CREDENCIAMENTO E DO CONTRATO

7.1. Nos termos da Lei Federal 14.133/2021 e do Decreto Municipal 9136/2023 Capítulo II, a gestão e a fiscalização da execução compreendem o conjunto de ações que objetivam:

7.2. Aferir o cumprimento dos resultados estabelecidos pela contratada;

7.3. Verificar a regularidade das obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas; e

7.4. Prestar apoio à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente para a formalização dos procedimentos relativos à repactuação, reajuste, alteração, reequilíbrio, pagamento, aplicação de sanções, extinção dos contratos, entre outras, com vistas a assegurar o cumprimento do acordado no contrato, bem como buscar a solução de problemas relacionados ao objeto;

7.5. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, em conformidade com a Lei Federal 14.133/2021;

7.6. O Gestor do Credenciamento será o Sr. Luiz Carlos de Carvalho, atual secretário de Governo nos termos do disposto no inciso VII do artigo 16 do Decreto Municipal 9136/2023, e o fiscal do Credenciamento será a senhora Andrea Osorio da Silva, Assessora Especial,



Prefeitura Municipal de São Sebastião
ESTÂNCIA BALNEÁRIA – ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Municipal de Governo



7.6.1. As Secretarias, ou Fundação Educacional e Cultural, que forem fazer uso deste credenciamento devem indicar o servidor específico de sua pasta para atuar como fiscal do contrato, sendo que o Secretário / Diretor Presidente da pasta atuará como Gestor do Contrato específico da viagem solicitada.

7.7. A gestão e a fiscalização do objeto contratado serão realizadas conforme o disposto no Decreto Municipal 9136/2023 Capítulo II.

8. MEDIÇÃO E PAGAMENTO

8.1. A CREDENCIADA deverá apresentar junto a cada fatura, um relatório detalhado da composição do valor faturado, contendo o valor das passagens e suas taxas vinculadas relacionado a cada aquisição com razão social da origem da aquisição por parte da CREDENCIADA e seu respectivo CNPJ, além de destacar o valor da fatura referente ao serviço efetuado pela credenciada específico do seu CNPJ;

8.1.1 A terceirização dos serviços deve ser comprovada juntamente com a fatura de recebimento do serviço prestado pela da agencia, sendo que o documento fiscal da agencia deve ser exigido somente o valor de seu serviço, somados as faturas terceirizadas, o que totalizará o montante do serviço prestado a fim de ser liquidado e pago, conforme cláusulas contratuais.

8.2. O pagamento será efetuado no prazo máximo não superior a 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento definitivo dos serviços, mediante apresentação da Nota Fiscal;

8.3. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.

8.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá estar obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal.

8.5. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento;

8.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

8.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9. SELEÇÃO DO FORNECEDOR

9.1. Após realizado o Credenciamento das empresas interessadas, o Município irá conforme necessário realizar a contratação direta por inexigibilidade de licitação nos termos do disposto no inciso IV do Artigo 74 da Lei 14.133/2021, da empresa dentre as CREDENCIADAS que no momento da contratação apresentar a proposta de menor valor para a administração, adotando-se o seguinte procedimento para fins de aferição do menor valor:



Prefeitura Municipal de São Sebastião
ESTÂNCIA BALNEÁRIA – ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Municipal de Governo



9.1.1. No momento da contratação a CONTRATANTE providenciará o orçamento dos pacotes de viagens dentre TODAS as CREDENCIADAS por intermédio de e-mail ou ofício eletrônico a ser enviado para todas as CREDENCIADAS (com backup de toda a conversa enviada), ou enviará conforme o caso pelo sistema de gestão de serviços informatizado on-line disponibilizado no site/portal da CREDENCIADA com usuário e senha fornecido pela mesma, ou pessoalmente;

9.1.2. Os orçamentos das passagens e/ou hospedagens devem ser claros e já explicitar todos os custos envolvidos, inclusive se existe taxas de possíveis cancelamentos.

9.1.3. As Credenciadas terão o prazo de 24h horas do recebimento do pedido de orçamento para orçar os pacotes de viagens descritos na comunicação oficial, com os valores e seu percentual de agenciamento para aquele pacote;

9.1.3.1. Findado o prazo das 24h, não caberá correções ou alegação de valores equivocados, divergentes daqueles enviados como Proposta Oficial da Credenciada.

9.1.4. Diante das propostas apresentadas a municipalidade escolherá a alternativa mais vantajosa financeiramente, ou seja, a de menor valor global;

9.1.5. Em caso de empate entre as ofertas apresentadas pelas credenciadas, o critério para escolha será o de menor preço final;

9.1.6. Aplicado o critério do item 9.1.4. e permanecendo o empate entre as credenciadas, a escolha será através de sistema de rodízio entre as credenciadas;

9.1.7. O sistema de rodízio deve considerar para escolha, o histórico de fornecimento dos serviços pelas CREDENCIADAS gerenciado pelo fiscal do Termo de Credenciamento e/ou servidor designado, visando priorizar a CREDENCIADA que estando na condição descrita no item 9.1.5. deste Termo de Referência, não tenha fornecido a última reserva anteriormente adquirida pela CREDENCIANTE;

9.1.8. Caso seja a primeira contratação e tenha havido o empate entre as CREDENCIADAS, nesta situação não se aplicará o rodízio e deverá ser realizado sorteio entre as CREDENCIADAS empatadas;

9.1.9. Após a adoção do procedimento relacionado nos itens anteriores, a Administração informará a todas as CREDENCIADAS do resultado da cotação informando qual foi a empresa que apresentou a proposta de menor valor e firmará contrato com a empresa vencedora nos termos do disposto no item 9.1.

9.2. DA TAXA DE REMUNERAÇÃO DO AGENTE DE VIAGEM

9.2.1. A taxa de remuneração do agente de viagem a ser aplicada sobre o valor dos pacotes de viagens, excluídas as taxas aeroportuárias deverá ser indicada por percentual proposto, com duas casas decimais, a incidir sobre a tarifa o pacote de viagem levando-se em conta os preços efetivamente praticados pelas concessionárias, inclusive aqueles promocionais, excluída a taxa de embarque.

9.2.2. Estão incluídos no valor da prestação de serviços de fornecimento e entrega de passagens aéreas e hospedagens, todos os insumos, encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias (inclusive as relativas a acidentes de trabalho), fiscais e comerciais ou de qualquer natureza, bem como frete e seguro.

10. ESTIMATIVA DE PREÇO

10.1 Para obter a avaliação do custo a CONTRATANTE irá realizar as cotações no momento da contratação tendo em vista o objeto enquadrar-se na categoria de mercados



Prefeitura Municipal de São Sebastião
ESTÂNCIA BALNEÁRIA – ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Municipal de Governo



fluídos nos termos do artigo 79 inciso III, de modo que a cotação deverá ser realizada conforme determina o inciso IV do referido artigo.

11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

- 11.1. A Contratada obriga-se a:
 - 11.1.1. Atender prontamente a quaisquer exigências da CONTRATANTE, inerentes ao objeto contratado;
 - 11.1.2. Comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 05 (cinco) dias que antecede a entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
 - 11.1.3. Se responsabilizar inteiramente, perante a Contratante, quando transferir a terceiros, ou subcontratar o objeto;
 - 11.1.4. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do objeto;
 - 11.1.5. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
 - 11.1.6. Além dos encargos de ordem legal e dos demais assumidos no contrato a ser firmado obrigar-se-á, ainda, a CONTRATADA:
 - 11.1.7. Indicar, pelo menos, 01 (um) preposto, para pronto atendimento nos finais de semana, feriados e em casos excepcionais e urgentes, através de serviço móvel celular;
 - 11.1.8. Prestar informação ao CONTRATANTE sobre o melhor roteiro de viagem, horário e opção de deslocamento (partida e chegada);
 - 11.1.9. Efetuar reserva, emissão, remarcação, cancelamento, endosso e entrega de bilhetes ou ordens de passagens, ou Hospedagens para o CONTRATANTE, mobilizando-se, inclusive, no aeroporto para realização do serviço, se necessário;
 - 11.1.10. Caso haja quaisquer cancelamento por parte da CONTRATANTE, dentro do prazo previsto, a CONTRATADA obriga-se a buscar o cancelamento sem ONUS a CONTRATANTE;
 - 11.1.11. Quando o cancelamento sem ônus de que trata o caput anterior não for possível, por forças além da alçada da CONTRATADA, a mesma deverá documentar e comprovar formalmente todos os motivos que impeçam a não cobrança das taxas de cancelamento.
 - 11.1.12. O cancelamento com a cobrança de taxas, somente será possível, se no momento da cotação tiver sido expresso na proposta da CONTRATADA;
 - 11.1.13. Informar, quando da reserva e requisição de passagens, as tarifas promocionais oferecidas, na ocasião, pelas companhias aéreas se for o caso;
 - 11.1.14. Providenciar o serviço de transporte de excesso de bagagem, quando

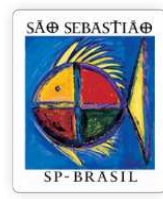


Prefeitura Municipal de São Sebastião
ESTÂNCIA BALNEÁRIA – ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Municipal de Governo



solicitado pelo CONTRATANTE;

- 11.1.15.** A reversão de passagem não utilizada, a qual, por medida de simplificação processual, deve se dar mediante glosa dos valores respectivos na própria fatura mensal apresentada pela CONTRATADA;
- 11.1.16.** Quando da efetuação da glosa, eventuais multas aplicadas pelas companhias aéreas em razão do cancelamento das passagens aéreas não utilizadas deverão ser consideradas;
- 11.1.17.** Os valores não processados na fatura relativa ao mês da ocorrência deverão ser processados na próxima fatura emitida pela CONTRATADA;
- 11.1.18.** Quando do encerramento ou rescisão contratual, na impossibilidade de reversão da totalidade dos cancelamentos efetuados, na forma estabelecida no caput, o montante a ser glosado será reembolsado a CONTRATANTE;
- 11.1.19.** Deverão ser repassados a CONTRATANTE todos os descontos oferecidos pelas empresas aéreas ou hotéis, inclusive tarifas promocionais, desde que atendidas às condições estabelecidas para o oferecimento de tais descontos e tarifas. Ocorrendo tal situação, deverá ser especificado na fatura a ser encaminhada a CONTRATANTE, o percentual e respectivo valor do desconto concedido;
- 11.1.20.** Efetuar a imediata correção das deficiências apontadas pela CONTRATANTE, com relação ao fornecimento de bilhetes de passagens;
- 11.1.21.** A CONTRATADA deverá fornecer passagens de qualquer companhia aérea que atenda aos trechos e horários requisitados;
- 11.1.22.** Expedir ordens de passagens para localidades indicadas pela CONTRATANTE, com emissão imediata, informando o código de transmissão e a companhia aérea;
- 11.1.23.** Efetuar a imediata substituição de qualquer empregado ou preposto que não mereça confiança ou embarace a fiscalização ou, ainda, que se conduza de modo inconveniente ou incompatível com o exercício das funções que lhe foram atribuídas;
- 11.1.24.** Solicitar, sempre que julgar necessário, a comprovação do valor das tarifas à data de emissão das passagens;
- 11.1.25.** Disponibilizar para o CONTRATANTE um sistema de auto agendamento tipo self-booking, quando possível;
- 11.1.26.** Fornecer apólice de seguro de assistência em viagem internacional;
- 11.1.27.** Efetuar e cancelar pedidos de reserva de hotéis sempre que solicitado pelo Contratante, respeitando o prazo estipulado neste, inclusive no decorrer do período da hospedagem;
- 11.1.28.** Tomar providências a fim de que sejam sanados quaisquer problemas oriundos de reservas de hotéis da execução contratual, mediante pedido feito pelo Contratante;
- 11.1.29.** Manter serviço de plantão para os atendimentos emergenciais, 24 (vinte e quatro) horas, fornecendo ao Contratante os nomes e os telefones com whatapp dos plantonistas designados; e
- 11.1.30.** Solucionar de forma imediata as deficiências apontadas pelo



Prefeitura Municipal de São Sebastião
ESTÂNCIA BALNEÁRIA – ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Municipal de Governo



Contratante, quanto à execução dos serviços contratados.

12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

12.1. A Contratante obriga-se a:

12.1.1. Solicitar os serviços ao contratado através de ofício eletrônico, correio eletrônico (e-mail), se as circunstâncias assim o exigirem, por telefone, ou outro meio de comunicação encaminhada por servidor da CONTRATANTE;

12.1.2. Em regra, as solicitações dos bilhetes de passagens deverão ser feitas com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas da data fixada para a viagem;

12.1.3. Excepcionalmente, entretanto, poderão ocorrer solicitações de passagens fora do prazo estabelecido acima, em situações de caráter emergencial. Neste caso, o futuro contratado deverá envidar esforços para atender ao solicitado;

12.1.4. Receber provisoriamente os serviços;

12.1.5. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços recebidos provisoriamente com as especificações constantes neste Termo de Referência e nota de empenho, para fins de aceitação e recebimento definitivos;

12.1.6. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;

12.1.7. Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto, que estejam em desacordo com o Termo de Referência e com o contrato;

12.1.8. Efetuar o pagamento no prazo previsto;

12.1.9. Notificar o fornecedor registrado sobre eventuais atrasos na entrega dos serviços e/ou descumprimento de cláusulas previstas neste Termo de Referência, no Edital ou no contrato;

12.1.10. Recusar os serviços que, recebidos provisoriamente, apresentarem discrepâncias em relação às especificações contidas neste Termo de Referência, no Edital ou no contrato após a entrega;

12.1.11. Aplicar ao fornecedor registrado as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis.

13. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Declaro para os devidos fins que o gasto com a despesa firmada para contratação agências de viagem para aquisição de pacotes de viagem, fica dispensado da elaboração de estudo de impacto orçamentário e financeiro, exigido pelos artigos 15, 16 e 17 da Lei Complementar 101/00, pois a contratação, pretendida não se trata de criação, expansão e aperfeiçoamento de ação governamental, ou uma despesa obrigatória de caráter continuado.

A pretendida aquisição possui adequação na Lei Orçamentária anual e é compatível com o Plano Plurianual.



Prefeitura Municipal de São Sebastião
ESTÂNCIA BALNEÁRIA – ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Municipal de Governo




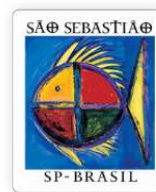
14. FONTE DE RECURSO

Declaro que existe dotação suficiente para suportar as despesas decorrentes da pretensa contratação que correrão à conta abaixo especificada ou outra que vier a substituí-la, suplementada, se necessário:

3.3.90.33.00.00.00 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO – 202.

São Sebastião, 02 de abril de 2024.


Luís Carlos de Carvalho
Secretário de Governo



ANEXO II

MODELO A

À PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO / COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 046/2024

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 095/2024

Ref.: SOLICITAÇÃO DE CREDENCIAMENTO

Prezados senhores, após examinar todas as cláusulas e condições estipuladas no Edital em referência, apresentamos nosso pedido de credenciamento, tal como consignado no mencionado ato convocatório e seus anexos, com os quais concordamos plenamente.

Localidade, -- de ----- de 2024.

Nome e assinatura

DADOS CADASTRAIS

Denominação:

Endereço:

CNPJ:

Representante legal:

CPF:

Nome e CPF de 1 testemunha para assinatura do contrato a ser indicada pela empresa:



ANEXO II

MODELO B (DECLARAÇÃO CONJUNTA)

REFERÊNCIA: PROCESSO DE CREDENCIAMENTO DE AGÊNCIAS DE VIAGENS OBJETIVANDO A AQUISIÇÃO DE PACOTES PARA VIAGENS OFICIAIS COMPREENDENDO PASSAGENS AÉREAS NACIONAIS E INTERNACIONAIS, INCLUSO BAGAGEM DESPACHADA, SEGURO VIAGEM E HOSPEDAGEM.

(NOME DA EMPRESA), inscrita no CNPJ sob o n.º (-----), sediada na (-----), por meio de seu representante legal abaixo identificado, **DECLARA**, sob as penas da Lei, que responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I da Lei n.º 14.133/2021) e declara ainda que:

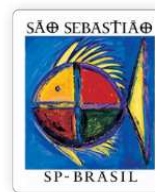
- a) atende aos requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório, e que responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I da Lei n.º 14.133/2021);
- b) cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas (art. 63, IV da Lei n.º 14.133/2021);
- c) suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas (art. 63, §1º da Lei n.º 14.133/2021);
- d) não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal (art. 68, VI da Lei n.º 14.133/2021);
- e) não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- f) cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.



- g) está ciente da obrigação de manter o endereço da empresa atualizado junto ao órgão promotor da licitação, e de que as notificações e comunicações formais decorrentes da execução do contrato serão efetuadas no endereço que constar em seu preâmbulo. Caso a empresa não seja encontrada, será notificada pelo Diário Oficial do Município acessível em www.saosebastiao.sp.gov.br/doem.asp.
- h) no caso de empresas em recuperação judicial: está ciente de que no momento da assinatura do contrato deverá apresentar cópia do ato de nomeação do administrador judicial ou, se o administrador for pessoa jurídica, o nome do profissional responsável pela condução do processo e, ainda, declaração, relatório ou documento equivalente do juízo ou do administrador de que o plano de recuperação judicial está sendo cumprido;
- i) no caso de microempresas ou empresas de pequeno porte: a empresa não possui qualquer dos impedimentos previstos nos §§ 4º e seguintes todos do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, e alterações, assim como §§ 1º a 4º do art. 4º da Lei 14.133/2021, cujos termos declara conhecer na íntegra;
- j) não se enquadra em nenhuma das restrições de participação, conforme art. 14 da Lei n.º 14.133/2021 e item 2.10 do edital;
- k) está ciente sobre a observação das disposições da Lei Federal n.º 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), e alterações, quando do tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis a que tenha acesso, para o propósito de execução e acompanhamento do Contrato, não podendo divulgar, revelar, produzir, utilizar ou deles dar conhecimento a terceiros estranhos a esta contratação, a não ser por força de obrigação legal ou regulatória.

Local e data: _____

Assinatura



ANEXO III

MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 2024SEGOV---

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO

CONTRATADO:

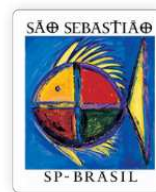
A PREFEITURA DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE SÃO SEBASTIÃO por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, com sede na Rua Sebastião Silvestre Neves, n.º 214, Centro, São Sebastião - SP, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 46.482.832/0001-92, neste ato representada pelo Exmo. Prefeito Municipal, Sr. Felipe Augusto, RG n.º 28.038.857-3 e CPF/MF n.º 257.435.448-67 e pelo Secretário Municipal de Governo, Sr. Luis Carlos de Carvalho RG n.º (-) e CPF n.º (-) doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa inscrita no CNPJ/MF sob o n.º, sediada na, em doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada por (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no **Processo n.º 046/2024** e em observância às disposições da Lei n.º 14.133/2021, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Chamamento Público n.º 095/2024**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de agências de viagens, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

AQUISIÇÃO DE PACOTES PARA VIAGENS OFICIAIS COMPREENDENDO PASSAGENS AÉREAS NACIONAIS E INTERNACIONAIS, INCLUSO BAGAGEM DESPACHADA, SEGURO VIAGEM E HOSPEDAGEM.



QUANTIDADE:

Lote	Item	Descrição	Qtde	Unid.	Vi. Unit. (R\$)	Valor Total (R\$)
1	1	PASSAGEM AEREA EXTERIOR		UND		
1	2	PASSAGEM AEREA NACIONAL		UND		
1	3	HOSPEDAGEM INTERNACIONAL - DIÁRIA DE PERMANÊNCIA		UND		
1	4	HOSPEDAGEM NACIONAL - DIÁRIA DE PERMANÊNCIA		UND		
1	5	SEGURO PARA VIAGENS INTERNACIONAIS		UND		
1	6	SEGURO PARA VIAGENS NACIONAIS		UND		

1.3. São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência que embasou a contratação;

1.3.2. O aviso e autorização de Contratação Direta;

1.3.3. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO.

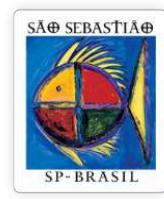
2.1. O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses** contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei n.º 14.133/2021.

2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do CONTRATADO, previstas neste instrumento.

2.1.2. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.1.3. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)



3.1. O regime de execução contratual, o modelo de gestão, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo constam no **Termo de Referência**, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO

4.1. É permitida a subcontratação conforme item 5.3 do Termo de Referência.

CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

5.1. PREÇO

5.1.1. O valor total da contratação é de **R\$ - (-)**.

5.1.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.2. FORMA DE PAGAMENTO

5.2.1. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito no banco (-), agência (-) e conta corrente (-) indicados pelo CONTRATADO.

5.3. PRAZO DE PAGAMENTO

5.3.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

5.3.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão CONTRATANTE atestar a execução do objeto do contrato.

5.3.3. No caso de atraso pelo CONTRATANTE, os valores devidos ao CONTRATADO serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

5.3.4. Havendo atraso no pagamento pelo CONTRATANTE, deverá ser apurada a responsabilidade a quem deu causa.

5.4. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.4.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto da contratação, conforme disposto neste instrumento e/ou no Termo de Referência. Quando houver glosa parcial do objeto, o CONTRATANTE deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.



5.4.2. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o CONTRATADO providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o CONTRATANTE;

5.4.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei n.º 14.133/2021.

5.4.3.1. Previamente a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas na contratação;

5.4.3.2. Constatando-se a situação de irregularidade do CONTRATADO, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do CONTRATANTE.

5.4.3.3. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do CONTRATADO, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

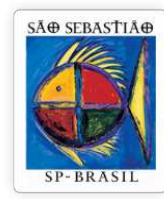
5.4.3.4. Persistindo a irregularidade, o CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao CONTRATADO a ampla defesa.

5.4.3.5. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o CONTRATADO não regularize sua situação.

5.4.3.6. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.4.3.7. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.4.3.8. O CONTRATADO regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar n.º 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado



à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

CLÁUSULA SEXTA - REAJUSTE (art. 92, V)

6.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em --/--/2024.

6.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do CONTRATADO, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo CONTRATANTE, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

6.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

6.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

6.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

6.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

7.1. São obrigações do CONTRATANTE:

7.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

7.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;



- 7.1.3.** Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 7.1.4.** Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;
- 7.1.5.** Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;
- 7.1.6.** Aplicar ao CONTRATADO sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;
- 7.1.7.** Cientificar a procuradoria do município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;
- 7.1.8.** Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 7.1.9.** Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.
- 7.1.10.** Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, se for o caso.
- 7.1.11.** Comunicar o CONTRATADO na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do art. 93, §3º, da Lei n.º 14.133/21, se for o caso.
- 7.2.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

- 8.1.** O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato, em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 8.1.1.** Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato. A indicação ou a manutenção do preposto da



empresa poderá ser recusada, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

8.1.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II);

8.1.3. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

8.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

8.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

8.1.6. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou do Fiscal ou Gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021;

8.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade fiscal, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

- a) prova de regularidade perante a Fazenda Municipal, especialmente quando o proponente possuir domicílio ou sede no município de São Sebastião;
- b) prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- c) prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho;
- d) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO, se o caso.

8.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo



contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE;

8.1.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;

8.1.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;

8.1.11. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

8.1.12. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

8.1.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

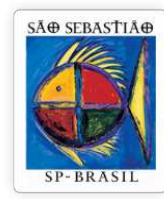
8.1.14. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;

8.1.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

8.1.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;

8.1.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

8.1.18. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);



8.1.19. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

8.1.20. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei n.º 14.133, de 2021;

8.1.21. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

8.1.22. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada, se o caso;

8.1.23. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078, de 1990);

8.1.24. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

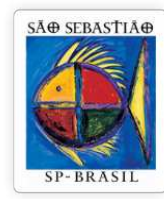
9.1. As partes deverão cumprir a Lei n.º 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

9.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

9.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

9.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.

9.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo



aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

9.6. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

9.7. O CONTRATADO deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

9.8. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

9.9. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

9.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

9.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

9.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

9.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.



CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

11.1. Comete infração administrativa, o CONTRATADO que praticar qualquer uma das condutas elencadas no art. 155 da Lei n.º 14.133/2021.

11.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

11.2.1. Advertência, quando o CONTRATADO der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);

11.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);

11.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 desta Lei, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei).

11.2.4. Multa:

a) moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias e 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 30 (trinta) dias corridos pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

a.1) O atraso superior a 15 dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n.º 14.133, de 2021.

b) compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

11.2.5. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à CONTRATANTE (art. 156, §9º).

11.2.6. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

11.2.7. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157).



11.2.8. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE ao CONTRATADO, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

11.2.9. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

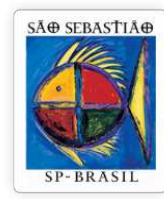
11.3. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao CONTRATADO, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei n.º 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.3.1. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei n.º 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei n.º 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei n.º 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.4.1. A personalidade jurídica do CONTRATADO poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o CONTRATADO, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei n.º 14.133, de 2021).



11.5. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei n.º 14.133/21.

11.6. Os débitos do CONTRATADO para com a Administração CONTRATANTE, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o CONTRATADO possua com o mesmo órgão ora CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

12.1. O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma físico-financeiro.

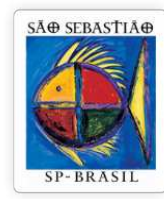
12.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.3. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido de balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos, relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos e indenizações e multas.

12.4. O contrato poderá ser extinto:

- a) caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade CONTRATANTE ou com agente público que tenha desempenhado função no processo de contratação direta ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- b) caso se constate que a pessoa jurídica contratada possui administrador ou sócio com poder de direção, familiar de detentor de cargo em comissão ou função de confiança que



atue na área responsável pela demanda ou contratação ou de autoridade a ele hierarquicamente superior no âmbito do órgão CONTRATANTE (art. 37, "caput" da CRFB/88).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento:

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei n.º 14.133, de 2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei n.º 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

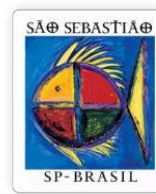
15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos Art. 124 e seguintes da Lei n.º 14.133, de 2021.

15.2. O CONTRATADO é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes CONTRATANTES poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contrato.

15.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do Art. 136 da Lei n.º 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei n.º 14.133/2021, bem



como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao Art. 91, caput, da Lei n.º 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO (art. 92, §1º)

17.1. É eleito o Foro da Comarca de São Sebastião para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei n.º 14.133/21.

São Sebastião, (-) de (-) de 2024.

Felipe Augusto
Prefeito Municipal
MUNICÍPIO DE SÃO SEBASTIÃO

Luis Carlos de Carvalho
Secretário Municipal de Governo
MUNICÍPIO DE SÃO SEBASTIÃO

(-)
Representante Legal
CONTRATADA

Testemunhas:

1. _____ 2. _____

Nome:

Nome:

CPF:

CPF:



ANEXO IV

MODELO DO TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO SEBASTIÃO

CONTRATADO:

CONTRATO N.º:

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE AGÊNCIA DE VIAGEM PARA AQUISIÇÃO DE PACOTES PARA VIAGENS OFICIAIS COMPREENDENDO PASSAGENS AÉREAS NACIONAIS E INTERNACIONAIS, INCLUSO BAGAGEM DESPACHADA, SEGURO VIAGEM E HOSPEDAGEM.

ADVOGADO:

E-MAIL DO ADVOGADO:

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

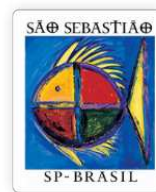
1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução n.º 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar n.º 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções n.º 01/2020, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

São Sebastião, -- de ----- de 2024.



AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: Felipe Augusto

Cargo: Prefeito

CPF: 257.435.448-67

**RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA
DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:**

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pelo contratante:

Nome: Felipe Augusto

Cargo: Prefeito

CPF: 257.435.448-67

Assinatura: _____

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____

Pelo contratado:

Nome:

Cargo:

CPF:

E-mail:

Telefone(s):

Assinatura: _____

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome:

Cargo:

CPF:

E-mail:

Telefone(s):

Assinatura: _____



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: A189-C7E9-5433-D5CA

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



LUIS CARLOS DE CARVALHO (CPF 654.XXX.XXX-91) em 26/04/2024 15:13:35 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://saosebastiao.1doc.com.br/verificacao/A189-C7E9-5433-D5CA>